

FATORES CONTRIBUENTES PARA A REDUÇÃO DAS TAXAS DE IMUNIZAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

FACTORS CONTRIBUTING TO THE REDUCTION OF CHILDHOOD IMMUNIZATION RATES IN BRAZIL

Gabriela Braga Rosa

Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC)

Ingrid Cristina Maximiano Nandi

Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC)

Wesley Martins

Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC)

RESUMO

Introdução: a queda nas taxas de imunização no Brasil tornou-se uma preocupação significativa para a saúde pública, representando um risco crescente para o retorno de doenças que, até então, estavam controladas ou erradicadas. Objetivo: analisar os fatores que contribuem para a redução das taxas de imunização no Brasil e propor estratégias eficazes para aumentar a cobertura vacinal. Metodologia: trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Foram selecionados treze artigos publicados entre 2020 e 2025. A análise permitiu identificar duas categorias principais: estudos focados na contribuição da enfermagem na vacinação infantil e estudos centrados nos fatores que influenciaram para a queda da vacinação. Resultados: demonstrar como o acolhimento oferecido pela equipe de enfermagem, aliado a uma orientação clara e empática, pode impactar positivamente a adesão dos pacientes à vacinação. Além disso, busca-se destacar, com base em dados concretos, a frequência com que ocorre a falta de adesão à imunização, reforçando a necessidade de intervenções estratégicas para aumentar a cobertura vacinal. Conclusão: o profissional de enfermagem tem uma missão fundamental na saúde da criança no Brasil, pois além de lutar contra a hesitação vacinal desmistificando mentiras e mitos e confortando os responsáveis pela criança, o enfermeiro também gerencia sua equipe, os capacitando para melhor atender a população e aumentar assim, a cobertura vacinal.

Palavras-chave: Imunização; Enfermagem; Saúde pública

ABSTRACT

Introduction: The drop in immunization rates in Brazil has become a significant concern for public health, representing a growing risk for the return of diseases that, until then, were controlled or eradicated. Objective: to analyze the factors that contribute to the reduction of immunization rates in Brazil and to propose effective strategies to increase vaccination coverage. Methodology: this is an integrative literature review. Thirteen articles published between 2020 and 2025 were selected. The analysis allowed us to identify two main categories: studies focused on the contribution of nursing to childhood vaccination and studies focused on the factors that influenced the drop in vaccination. Results: Demonstrate how the welcome offered by the nursing team, combined with clear and empathetic guidance, can positively impact patient adherence to vaccination. In addition, it seeks to highlight, based on concrete data, the frequency with which there is a lack of adherence to immunization, reinforcing the need for strategic interventions to increase vaccination coverage. Conclusion: The nursing professional has a fundamental mission in child health in Brazil, because in addition to fighting against vaccine hesitancy by demystifying lies and myths and comforting those responsible for the child, the nurse also manages his team, training them to better serve the population and thus increase vaccination coverage.

Keywords: Immunization; Nursing; Public health

INTRODUÇÃO

A imunização é um processo pelo qual um indivíduo adquire resistência a doenças, seja por meio do contato com agentes patogênicos, como bactérias ou vírus, ou pela administração de vacinas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024), as vacinas atuam no fortalecimento do sistema imunológico, prevenindo doenças, incapacidades e mortes relacionadas a enfermidades evitáveis, como poliomielite, rubéola, difteria, câncer de colo do útero, sarampo, parotidite, tétano, hepatites A e B, tosse convulsa, meningite bacteriana, pneumonias bacterianas e doenças diarreicas causadas pelo rotavírus.

Conforme relato do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022), a cobertura vacinal no Brasil vem apresentando uma queda desde 2015, o que coloca o país em risco de reintrodução de doenças preveníveis. A vacinação contra a poliomielite, por exemplo, caiu de 98,3% em 2015 para 70,2% em 2021. A cobertura da primeira dose (D1) da vacina tríplice viral diminuiu de 96,1% para 74,4%, enquanto a vacina pentavalente apresentou uma redução de 96,3% para 70,6%. Para garantir a proteção coletiva, a cobertura vacinal ideal deve ser de pelo menos 95% para a maioria das vacinas.

A diminuição das taxas de vacinação expõe a população infantil a doenças anteriormente controladas, como o sarampo, que foi erradicado no Brasil em 2016, mas retornou ao país em 2018. Outras doenças, como poliomielite, meningite, rubéola e difteria, também correm o risco de reemergir, aumentando a possibilidade de surtos e epidemias, além de sobrecarregar o sistema de saúde pública (UNICEF, 2022).

Viana et al., (2023) destacam que o Programa Nacional de Imunizações (PNI) tem mostrado uma redução significativa das doenças imunopreveníveis nas últimas décadas, embora os movimentos antivacinas possam impactar diretamente no crescimento e desenvolvimento infantil, especialmente quando os responsáveis pelas crianças se recusam a vaciná-las.

O retorno de doenças como o sarampo em regiões onde haviam sido erradicadas exemplifica o perigo da hesitação vacinal, com o sarampo já registrando mais de 300 casos confirmados no Amazonas e em Roraima. Além disso, o PNI aponta que, nos últimos dois anos, a cobertura vacinal entre crianças menores de 1 ano tem ficado aquém dos níveis desejáveis (BUSATO et al., 2021).

Nos últimos anos, o Brasil tem adotado diversas campanhas e políticas públicas para conter a queda nas taxas de vacinação. A Busca Ativa Vacinal (BAV), por exemplo, utiliza plataformas digitais gratuitas para identificar e monitorar crianças não vacinadas. Essas ferramentas auxiliam os agentes de saúde a registrar e acompanhar casos de vacinação em atraso, fornecendo dados essenciais para a tomada de decisões e ações corretivas (COUTINHO, 2022).

Costa et al., (2020) afirmam que, no âmbito do controle das imunizações infantis, a prática da enfermagem desempenha um papel fundamental, com o acompanhamento da situação vacinal das crianças, o que se configura como uma estratégia preventiva crucial. Nesse contexto, o enfermeiro pode atuar planejando e implementando intervenções voltadas à criança e sua família, visando a redução dos atrasos vacinais e a identificação das vulnerabilidades.

Diante do exposto, o presente projeto tem como objetivo analisar os fatores que influenciam a queda das taxas de imunização infantil no Brasil e as consequências dessa redução para as crianças e para a comunidade.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, pela qual abordará sobre os fatores que contribuem para a redução das taxas de imunização no Brasil e o papel da enfermagem e família na adesão ao calendário vacinal infantil.

A pesquisa foi realizada por meio dos estudos nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-BIREME) e Google Acadêmico. A coleta de dados ocorreu no período de março a abril de 2025.

Os critérios de inclusão estabelecidos na pesquisa serão: estudos completos disponibilizados na íntegra; artigos disponibilizados gratuitamente; estudos publicados no idioma português e espanhol; artigos publicados nos últimos cinco anos (2020 a 2025).

Para a construção desta revisão integrativa da literatura, optou-se por adotar as etapas estabelecidas pelo método de Gil (2010). A seguir, serão descritos os procedimentos que utilizados:

- Seleção das questões para revisão;
- Estabelecimento de critérios para inclusão de estudos e busca na literatura;
- Apresentação das características dos estudos revisados;
- Análise dos estudos utilizando instrumento específico;

- Interpretação dos resultados;
- Apresentação dos resultados e síntese do conhecimento.

Nos bancos de dados previamente estabelecidos, foram utilizados os seguintes descritores: “imunização”; “enfermagem”; “saúde pública” para a eleição dos artigos científicos.

Ressalta-se que em primeiro momento serão analisados os títulos e resumos de cada artigo, a fim de realizar uma primeira filtragem dos estudos relacionados ao tema proposto.

Após essa primeira seleção, os artigos selecionados passarão para análise completa, na qual as pesquisadoras analisarão a pertinência do estudo e a relação com a pergunta de pesquisa, pela qual será realizada nova filtragem, totalizando somente os artigos que consigam responder a questão norteadora.

Os dados serão analisados de forma descritiva. Para a apresentação dos resultados serão elaborados quadros e tabelas.

Por se tratar de um estudo de revisão integrativa da literatura, esse projeto não necessitará de aprovação do comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos (CEP), visto que nenhum dado individualizado será levantado, todavia as pesquisadoras se comprometem em respeitar todas as questões éticas e legais regidos nas resoluções CNS 466/2012 e CNS 510/2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa sessão serão apresentados os resultados encontrados nessa revisão integrativa da literatura.

Quadro 1. Identificação dos artigos selecionados na revisão integrativa da literatura.

Artigo	Título	Autores	Revista / ano	Objetivo
A1	A politização das vacinas e sua influência nas opiniões de cuidadores brasileiros acerca da vacinação infantil de rotina.	SILVA et al.	Ciência & Saúde Coletiva 2025	Analisar a politização das vacinas sob a perspectiva de cuidadores de crianças pequenas.
A2	“Eu vivo num mundo muito burguês, não moro na periferia”: não vacinação infantil e a intersecção entre raça, classe e gênero.	MATOS et al.	Revista Interface 2024	Analisar de que forma os marcadores de raça, gênero, classe social e espacialidade se interseccionam e se refletem nas tomadas de decisão em saúde, mais especificamente na (não) vacinação de crianças pequenas.
A3	Intervenções de enfermagem no combate da hesitação vacinal na primeira infância.	TABORDA et al.	Revista Delos 2024	Propor intervenções de enfermagem por meio de uma revisão da literatura sistematizada para que os profissionais possam orientar a população, sensibilizando sobre a importância da vacinação.
A4	A enfermagem na prevenção da saúde pública: campanha de vacinação infantil.	NENOW	Revista Foco 2023	Compreender qual é o papel do enfermeiro perante a prevenção de saúde pública na campanha de vacinação infantil.
A5	Acolhimento às famílias durante a vacinação infantil na Atenção primária à Saúde no Brasil.	PEREIRA et al.	Revista Rede De Cuidados Em Saúde 2022	Analisar a produção científica sobre o acolhimento da família durante a imunização pela equipe de enfermagem na Atenção Primária à Saúde brasileira.
A6	Autoridade parental e vacinação infantil: vulnerabilidade e superior interesse da criança e do adolescente.	TEIXEIRA et al.	Revista De Ciências Políticas: Pensar 2022	Refletir se os pais têm o dever jurídico de vacinar seus filhos ou se essa decisão está na esfera de uma autonomia familiar.

Continua

Continuação

Artigo	Título	Autores	Revista / ano	Objetivo
A7	A importância da vacinação infantil para a erradicação do sarampo.	BONANI et al.	Brazilian Journal Of Health Review 2021	Levantar os benefícios trazidos pela vacinação nas primeiras fases da vida, prevenção e não proliferação em relação a doenças erradicadas como o sarampo, além de visar a diminuição de óbitos.
A8	Causas e consequências da redução da cobertura vacinal no Brasil.	MILANI et al.	Rev Saúde Públ. Paraná 2021	Descrever o fenômeno da redução da cobertura vacinal no território nacional, além de demonstrar ações implementadas pela Administração Pública de forma a manter as coberturas vacinais preconizadas pelo Ministério da Saúde.
A9	O conhecimento sobre o calendário vacinal infantil até 15 meses de idade entre seus acompanhantes e os profissionais de saúde.	SANTOS et al..	Brazilian Journal Of Development 2020	Identificar o nível de conhecimento dos pais ou responsáveis e dos profissionais de saúde acerca da vacinação de crianças de até 15 meses de idade.

Fonte: elaborado pelos pesquisadores

O Artigo 01 de Silva et al., (2025) evidencia em seu artigo que os declínios progressivos nas coberturas vacinais vêm sendo registrados no Brasil nos últimos anos. A pandemia de COVID-19 trouxe ainda mais desafios para esse cenário. Considerando a pandemia como um acontecimento, objetivou-se analisar a politização das vacinas sob a perspectiva de cuidadores de crianças pequenas. Utilizando o método qualitativo, a pesquisa foi realizada em duas capitais brasileiras: São Luís (Maranhão) e Florianópolis (Santa Catarina), incluindo famílias com crianças de até 6 anos de idade que fossem totais ou parcialmente vacinadas, bem como crianças completamente não vacinadas. Entrevistas em profundidade foram conduzidas entre 2021 e 2022, 48 cuidadores foram entrevistados, em sua maioria mães.

Os achados revelam que a pandemia de COVID-19 impactou significativamente as atitudes, crenças e comportamentos em relação à vacinação infantil no Brasil. A politização das vacinas, intensificada por discursos de líderes políticos, contribuiu para a desconfiança e a hesitação vacinal, mesmo em famílias historicamente aderentes ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). Observou-se também, um aumento da migração para serviços privados, embora a vacinação pública ainda apresente melhores taxas de cobertura completa.

Fatores como desinformação, ideologias políticas, teorias conspiratórias e percepção de risco foram determinantes para a adesão ou recusa vacinal.

Esse cenário evidenciou a emergência de uma “politização da vacina”, com implicações desafiadoras para as políticas públicas de saúde. Apesar das limitações metodológicas, o estudo confirma tendências globais e destaca a necessidade de ações integradas que restabeleçam a confiança da população nas instituições científicas e nos programas públicos de imunização.

A vacinação obrigatória, e não compulsória, como definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é um dever coletivo que, sobretudo em um cenário de pandemia, deve ser considerado para fins de garantia dos direitos fundamentais. Nenhum genitor pode restringir o acesso à política pública de saúde ou negar o direito à vida de um menor por percepção pessoal (MASCARENHAS et al., 2022).

O estudo A2, proposto por Matos et al., (2024) objetivou em seu artigo que os marcadores raça, gênero, classe social e espacialidade se interseccionam e se refletem nas tomadas de decisão em saúde, mais especificamente na (não) vacinação infantil.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada nas cidades de Florianópolis (SC) e São Luís (MA), Brasil, com famílias que possuem crianças de até seis anos de idade.

Durante a pesquisa de campo, não foram identificadas em São Luís, famílias que se enquadrassem nos critérios de hesitação vacinal. Em contrapartida, em Florianópolis, 12 famílias demonstraram hesitação frente às vacinas. Diante disso, a análise aqui apresentada baseia-se exclusivamente no material empírico proveniente das famílias de Florianópolis, totalizando 19 narrativas de cuidadores.

Os achados reforçam que o cuidado com a vacinação infantil ainda é majoritariamente atribuído às mulheres, refletindo construções históricas de gênero. A pesquisa também aponta que, entre famílias de classes médias e altas, há uma valorização da autonomia parental, da individualidade da criança e da parentalidade intensiva, aspectos que fundamentam a recusa ou hesitação vacinal. Esses grupos utilizam seus recursos e acessos para questionar políticas públicas de saúde, distanciando-se simbolicamente de outros grupos sociais.

A divisão entre “nós” (brancos, escolarizados e economicamente privilegiados) e “eles” (moradores das periferias) é marcada tanto por aspectos raciais quanto espaciais. A branquitude opera como um padrão normativo invisível, naturalizando desigualdades e estruturando o acesso a direitos.

Concluíram assim, que a questão do gênero se revela um importante marcador na tomada de decisão no âmbito intrafamiliar, enquanto classe social, raça e espacialidade surgem como importantes marcadores na percepção de quem são os “nós” que não precisam das vacinas e os “outros” que precisam. Apesar de expressarem preocupação com as desigualdades, os entrevistados não se veem como parte da estrutura que as produz, reforçando um discurso de altruísmo e distinção social. Assim, o estudo revela como classe, raça e gênero moldam percepções e práticas em torno da vacinação infantil no Brasil.

Fatores socioeconômicos ligados à baixa renda e menor nível de escolaridade da responsável, de raça negra, moradores em zona rural e casas com número elevado de filhos; barreiras logísticas e gerenciais ligadas à distribuição e aplicação dos imunizantes, estrutura e fluxos dos serviços; além de dificuldades no acesso aos serviços de vacinação relacionados ao transporte, distância dos serviços e horário de funcionamento, são determinantes na tomada de decisão para vacinação, o que pode influenciar nos índices de cobertura vacinal (FONTES et al., 2023).

O A3 teve como objetivo propor intervenções de enfermagem por meio de uma revisão sistematizada

da literatura, para que os profissionais possam orientar a população e sensibilizá-la sobre a importância da vacinação.

O método utilizado foi uma revisão integrativa da literatura, analisando materiais publicados entre 2018 e 2024 nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Scholar. A pesquisa inicial identificou 83 estudos, dos quais apenas 12 atenderam aos critérios de inclusão. Esses estudos foram selecionados para identificar os fatores que contribuem para a hesitação vacinal.

Os principais fatores identificados foram: fake news e desinformação, movimentos antivacinas, insegurança em relação aos eventos adversos das vacinas, crenças pessoais e culturais, desconfiança nos serviços de saúde e nos profissionais, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e fatores socioeconômicos, impacto da pandemia de COVID-19 e falta de vacinas em algumas unidades de saúde.

O estudo concluiu que a hesitação vacinal é um problema significativo para a saúde pública no Brasil, impactando negativamente a cobertura vacinal e contribuindo para o ressurgimento de doenças erradicadas. Os enfermeiros desempenham um papel crucial na promoção da vacinação, sendo responsáveis por orientar e sensibilizar a população. Faz-se notório a necessidade de que os profissionais de enfermagem compreendam os fatores que levam à hesitação vacinal e proponham intervenções adequadas para superá-los, como programas de educação em saúde, campanhas informativas e aconselhamento.

Foram constatadas múltiplas causas para esta ocorrência, dentre as quais destacam-se: a disseminação de desinformação e Fake News nas redes sociais, promovidos principalmente por movimentos antivacina, que tem afetado diretamente na hesitação vacinal e gerado insegurança e resistência nos responsáveis; acessibilidade aos serviços de saúde, incluindo a dificuldade com transporte, tempo de locomoção e horários reduzidos de funcionamento; acomodação ou falta de percepção de risco/senso de importância em relação a vacina devido ao sucesso da implementação do PNI anteriormente; falta de verba; consequências da pandemia; dificuldades com o sistema SI-PNI e acesso à internet, dentre outros (LUCAS et al., 2024).

Nenow (2023) realizou sua pesquisa (A4) com o objetivo de compreender as ações de enfermagem

nas campanhas de vacinação infantil no contexto da saúde pública. A pesquisa contextualiza o surgimento das vacinas, desde a descoberta de Edward Jenner, passando pela implementação da vacinação no Brasil, a Revolta da Vacina de 1904, até a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e a incorporação das práticas vacinais ao Sistema Único de Saúde (SUS). A revisão bibliográfica foi conduzida com base em publicações nacionais e internacionais, selecionadas nas bases BVS, MEDLINE e SciELO, utilizando critérios de inclusão relacionados ao tema da imunização infantil e ao papel do enfermeiro, com recorte temporal de 2011 a 2021. A análise dos dados permitiu a categorização em dois eixos: os impactos da não vacinação infantil para a saúde pública e a atuação do enfermeiro na sala de vacina. Os resultados indicam que a queda na cobertura vacinal infantil está associada, em grande parte, à disseminação de desinformação, fake news e ao fortalecimento de movimentos antivacina, fatores que comprometem os avanços históricos da saúde pública. Diante desse cenário, o enfermeiro emerge como um agente de transformação, desempenhando funções educativas, técnicas e gerenciais na promoção da imunização, na orientação dos responsáveis e na articulação com a vigilância epidemiológica.

Conclui-se que as ações de enfermagem são essenciais para o enfrentamento da hesitação vacinal, contribuindo para a ampliação da cobertura vacinal infantil e o fortalecimento das políticas públicas de saúde. O estudo reforça a necessidade de capacitação contínua dos profissionais e da valorização de sua atuação estratégica nas campanhas de vacinação, como instrumento de proteção coletiva e promoção da saúde.

Entende-se que os enfermeiros precisam privilegiar as ações e atuação na sala de vacina em seu dia a dia treinando e supervisionando sua equipe, traçando metas para que possa atingir maior número de usuários e área possível junto à comunidade, conscientizando das proteções advindas o enfermeiro cria vínculo com os responsáveis pelas crianças, adolescentes, adultos e idosos e assim fazendo se entender o quão importante é a vacinação na primeira infância já que essa ação previne diversas doenças infectocontagiosas em um passado no Brasil e no mundo várias doenças imunopreveníveis foi responsável por grande número de mortes infelizmente apesar de todos as descobertas estudos realizados por cientista milhões de crianças não e imunizadas e temos consequência

no quadro epidemiológico fortalecendo mais o trabalho da atuação do enfermeiro na sala de vacinas e campanhas de vacinação infantil (NUNES., 2025).

Pereira et.al (2022) (A5) analisa a produção científica sobre o acolhimento da família durante a imunização pela equipe de enfermagem na Atenção Primária à Saúde brasileira. O método utilizado foi uma revisão integrativa da literatura, buscas nas bases de dados: BVS, BDENF, LILACS e MEDLINE no ano de 2021. Foram encontrados 339 estudos, onde nove artigos foram selecionados para compor a revisão. Os estudos descritivos com abordagem qualitativa foram predominantes, entre 2008 a 2017.

A Atenção Primária à Saúde, com destaque para as Unidades Básicas de Saúde, esculpe-se como o principal espaço de acolhimento vacinal infantil, sendo as mães como protagonistas nos relatos sobre as experiências. O acesso à vacinação está diretamente relacionado ao nível de conhecimento das responsáveis, às condições socioeconômicas e à qualidade da orientação profissional. Dificuldades como escassez de imunobiológicos, horários restritos, falta de educação permanente e sobrecarga das equipes comprometem a efetividade do serviço. O atraso vacinal decorre, sobretudo, da desinformação, barreiras socio-estruturais e limitações no funcionamento das salas de vacina. A pandemia da COVID-19 intensificou esses desafios.

Os autores concluíram que o acolhimento das famílias durante a vacinação infantil na Atenção Primária à Saúde não foi considerado prioritário dentro dos estudos analisados, assim, é urgente ações que preconizem um olhar voltado para o acolhimento das famílias durante a vacinação, de modo que essa diretriz se faça presente nas salas de vacinas, assim como a educação em saúde seja implementada nesses ambientes.

Em consonância com o estudo, Oliveira et al. (2023) apontam diversas lacunas que dificultam o acesso à vacinação, tais como a participação das mídias na desinformação, a contribuição de fatores socioculturais, econômicos e religiosos, bem como a atuação negligente dos pais em negar o direito a vacinação a criança e a atuação ineficaz das UBS e dos profissionais de saúde em assistir há população. Entende-se, portanto, que os fatores acima mencionados atuam diretamente como agravos à saúde pública e, em situações específicas, interligam-se entre si e em outras se diferem.

Já o artigo escrito por Teixeira et.al (2022) (A6) os autores refletiram se os pais têm o dever jurídico de vacinar seus filhos ou se essa decisão está na esfera

de uma autonomia familiar. Para tal, foi realizada pesquisa doutrinária e jurisprudencial, com especial enfoque à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2020, definiu pela obrigatoriedade da vacinação dos filhos menores de idade pelos pais. Independentemente das questões pessoais, filosóficas e religiosas dos pais, o melhor interesse dos filhos e a saúde pública são os valores mais relevantes que devem ser atendidos nesse conflito.

Concluíram assim, que direito a vacina é capitulado no âmbito do direito fundamental à saúde. Qualifica-se como direito subjetivo público de acesso aos imunizantes listados no calendário anual do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Trata-se ainda de um direito oponível aos próprios pais. Os pais têm papel relevantíssimo em perquirir o que seja o melhor interesse dos filhos, usando-o como baliza para as decisões que repercutem na sua esfera jurídica existencial e/ou patrimonial. Contudo, o exercício da autoridade parental não é absoluto nesta seara, vez que está jungido à garantia dos interesses fundamentais dos filhos. Por esse motivo, é possível afirmar que está no âmbito do dever de cuidar (Art. 229 CF), bem como o dever dos pais vacinarem seus filhos.

É válido ressaltar acerca do direito individual, virtude que a criança deve ser tratada com absoluta prioridade, observando os direitos constituídos a toda pessoa humana, sem que seja privado de acessar o Sistema Único de Saúde, uma vez que a não imunização contribui com a propagação da doença e superlotação dos serviços públicos, ferindo os direitos coletivos que são essenciais para a convivência harmônica em sociedade (BRITO et al., 2022).

O A7 de Bonani et al., (2021), cujo tema: "A importância da vacinação infantil para a erradicação do Sarampo" teve como objetivo criar um estudo longitudinal para avaliar os benefícios trazidos pela vacinação nas primeiras fases da vida. O foco foi na prevenção e não proliferação de doenças erradicadas, como o sarampo, e outras possíveis doenças que possam surgir epidemicamente, como a COVID-19. Além disso, o estudo visou a diminuição de óbitos e a disseminação de informações sobre a importância da vacinação. O método utilizado foi um estudo epidemiológico baseado na análise de prontuários vacinais arquivados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Rio Claro, São Paulo. Além disso, foram realizadas pesquisas qualitativas com as mães das crianças. O estudo envolveu um mínimo de 150 crianças, com enfoque em recém-

nascidos até os 15 meses de idade. Os dados coletados incluíram: data de nascimento da criança, idade da criança, vacinas tomadas, unidade de saúde onde as vacinas foram administradas, motivo para a não aquisição das vacinas, e informações sobre a mãe, como data de nascimento, idade, vacinas tomadas e não tomadas, e se houve realização de pré-natal.

O estudo demonstrou os benefícios trazidos pela vacinação, destacando que a vacinação contra o sarampo não só reduz o número de pessoas que podem ser contaminadas com a doença, mas também auxilia na prevenção de infecções por doenças similares, como o coronavírus. A vacinação mostrou-se eficaz na redução da morbidade infantil e da morbimortalidade. A pesquisa concluiu que a vacinação nas primeiras fases da vida é essencial para a prevenção de doenças erradicadas e a diminuição da morbidade e mortalidade infantil. A disseminação de informações sobre a importância da vacinação é crucial para aumentar a adesão e garantir a saúde pública. O estudo reforça a necessidade de campanhas de conscientização e educação sobre a vacinação para alcançar melhores resultados na saúde infantil.

É possível observar que investir em campanhas de comunicação e educação em saúde, direcionadas a diferentes grupos populacionais, é essencial para fornecer informações claras e precisas sobre a importância da vacinação e os benefícios das vacinas, além disso, é crucial envolver os profissionais de saúde na promoção da vacinação, fornecendo-lhes treinamento adequado e recursos para realizar campanhas de conscientização.

Ainda seguindo com os autores supracitados, é igualmente importante fortalecer a infraestrutura de saúde, garantindo o acesso equitativo às vacinas em todas as regiões do país. Isso inclui a expansão dos pontos de vacinação, o fornecimento de vacinas gratuitas em unidades de saúde e a implementação de programas de imunização em comunidades remotas e de difícil acesso. Além disso, é essencial promover a colaboração entre diferentes setores da sociedade, incluindo o governo, instituições de saúde, organizações não governamentais e a sociedade civil (SOBREIRA et al., 2024).

Milani et al., no A8, buscaram elencar as principais causas e as futuras consequências da redução da cobertura vacinal no Brasil em sua pesquisa, permitindo avaliar as variantes que colaborariam para um aumento no número de hesitantes.

O método utilizado foi um trabalho multimodais, incluindo a obtenção de dados epidemiológicos e uma revisão integrativa da literatura. Os dados epidemiológicos foram coletados a partir de boletins de acesso público divulgados pelas Secretarias de Saúde municipais e estaduais. A revisão integrativa incluiu artigos publicados entre 2015 e 2019, utilizando descritores como "hesitação vacinal", "cobertura vacinal", "movimentos antivacinas" e "fake news". Foram selecionados sete artigos que apresentaram informações relevantes para responder às perguntas da pesquisa.

Os principais resultados mostraram um decréscimo nas coberturas vacinais, sem uma relação direta com a hesitação vacinal ou movimentos antivacinas nos documentos analisados. No entanto, a revisão integrativa indicou que a hesitação vacinal e os movimentos antivacinas são fatores importantes na redução da cobertura vacinal. A análise dos dados revelou que a hesitação vacinal é influenciada por fatores como confiança, complacência e conveniência. Além disso, a desinformação e as "fake news" têm contribuído para a diminuição das taxas de vacinação.

As principais conclusões do estudo indicam que a redução da cobertura vacinal é problemática para a saúde pública, causando o ressurgimento de doenças erradicadas e aumentando o risco de surtos de doenças. É essencial que diferentes agentes de saúde, governos, trabalhadores da saúde, controle social e entidades educacionais unam forças para empoderar a população e desconstruir os mitos relacionados à vacinação. A revisão das estratégias de comunicação e a vigilância das coberturas vacinais são fundamentais para coibir movimentos antivacinas e garantir a proteção da saúde pública.

A questão envolvente aos denominados movimentos negacionistas da ciência – como é o caso dos movimentos antivacina – está para além da dimensão da crença pura e simples nos enunciados. A materialidade destes enunciados como informação, desinformação e/ou mis informação tem na intencionalidade da mensagem algo definidor da contingência semântica do conteúdo comunicado, já que nem sempre existe a intenção deliberada de enganar e, quando o há, o conteúdo nem sempre cumpre com o objetivo de manipulação. Ainda assim, nas redes sociais, sobretudo nas digitais, indivíduos têm aceitado mis informação e/ou desinformação acerca das vacinas e seus riscos, acolhendo enunciados sem questioná-los ou sem lançar mão de algum posicionamento cético (VIGNOLI et al., 2021).

A pesquisa de Santos et al., (2020) (A9) teve como objetivo identificar o nível de conhecimento dos pais ou responsáveis e dos profissionais de saúde acerca da vacinação de crianças de até 15 meses de idade, incluindo as vacinas administradas, seus benefícios e as doenças prevenidas pelos imunobiológicos. O estudo, com delineamento transversal, descritivo, foi realizado a partir de uma pesquisa de campo em dois locais: a clínica privada (Vacine) e Unidade Básica do Jundiá (Osego) do município de Anápolis. A amostra do estudo consistiu em 200 participantes, sendo 133 avaliados na Unidade Básica e 67 na clínica privada. Além disso, foram entrevistados 8 profissionais de saúde. Os dados foram coletados por meio de questionários autoaplicáveis, contendo questões sobre o grau de escolaridade, conhecimentos e receios acerca das vacinas administradas.

Os resultados mostraram que 65,5% dos pais ou responsáveis não souberam informar as doenças prevenidas pelas vacinas, embora 100% acreditassem na importância da vacinação. Além disso, 28,5% dos pais tinham medo de levar seus filhos para vacinar. Entre os profissionais de saúde, todos demonstraram conhecimento adequado sobre as vacinas aplicadas e as doenças prevenidas. No entanto, esse conhecimento não se refletiu em um aumento do conhecimento da população sobre as vacinas.

As conclusões indicaram que, embora a população reconheça a importância da vacinação, há uma falta de conhecimento específico sobre as doenças prevenidas, o que pode gerar receios e hesitações. É essencial que os profissionais de saúde intensifiquem a orientação e a educação em saúde para melhorar a adesão às campanhas vacinais e esclarecer dúvidas sobre os imunobiológicos administrados.

A hesitação vacinal na infância se apresenta como um fenômeno multifacetado, que reflete desafios sociais, culturais, econômicos e comunicacionais profundamente enraizados. Este estudo evidenciou que a desinformação, a falta de confiança nas instituições de saúde e a percepção reduzida de risco em relação às doenças imunopreveníveis são fatores determinantes para a queda da cobertura vacinal. Ademais, o impacto das desigualdades sociais e econômicas, agravado pela disseminação de fake news e pela politização da saúde pública, agrava ainda mais o cenário de resistência às vacinas (ANTUNES et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução das taxas de imunização infantil no Brasil decorre de uma combinação complexa de fatores,

que envolvem desde a desinformação propagada por movimentos antivacina até desigualdades sociais e falhas na comunicação entre os serviços de saúde e a população. A hesitação vacinal, impulsionada por fake news e pela politização da saúde também enfraqueceu o vínculo de confiança entre a comunidade e os programas de imunização.

Observa-se que a empatia, o vínculo e a escuta qualificada são pilares indispensáveis para uma assistência de qualidade, especialmente no contato com famílias que enfrentam dúvidas, medos ou barreiras estruturais. A equipe de enfermagem, inserida na Atenção Primária à Saúde, deve estar preparada para compreender o contexto socioeconômico e cultural de cada comunidade, adaptando suas ações de forma a alcançar uma cobertura vacinal mais ampla e equitativa. Torna-se essencial fortalecer a capacitação contínua dos profissionais de saúde, além de ampliar estratégias que melhorem o acesso aos serviços, como a flexibilização de horários, ações de busca ativa e atendimentos direcionados a regiões de difícil cobertura. Essas iniciativas não apenas favorecem o aumento da adesão vacinal, mas também, o vínculo de confiança entre os usuários e os serviços públicos de saúde.

Além disso, destaca-se a importância do envolvimento da família como elemento central nesse processo. Pais e responsáveis desempenham papel decisivo na manutenção do calendário vacinal infantil, sendo fundamentais para a proteção da criança e da coletividade. Quando adequadamente orientadas e acolhidas, as famílias tornam-se parceiras estratégicas da equipe de saúde, capazes de colaborar ativamente na superação de resistências e na promoção de uma cultura de prevenção.

Portanto, é evidente que a reversão do declínio nas taxas de imunização depende da atuação articulada entre profissionais de enfermagem qualificados, políticas públicas eficazes e a participação ativa das famílias.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M.L.; MIRANDA, S.T.V.; SOUZA, V.R.A.; et al. Hesitação vacinal infantil: uma revisão bibliográfica sobre os desafios e perspectivas na saúde pública. *Revista Ibero Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)*, São Paulo, v.10, n.12, dez. 2024.

BONANI, O.L.; SOUZA, S.G. A importância da vacinação infantil para a erradicação do Sarampo. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v.4, n.3, 2021.

BRITO, H.A.S.M.; CEREWUTA, M.M.P. Efeitos jurídicos do movimento antivacina na responsabilidade parental. *Jnt - facit business and technology journal*, agosto/outubro 2022, ed.39, vol.4, p. 251-273.

COSTA, P.; MENESES, N.; CARMO, C.; CORDERO, K.; PALOMBO, C. Completude e atraso vacinal das crianças antes e após intervenção educativa com as famílias. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v.25, p. 02-05, Set 2020.

COUTINHO, H. **Unicef lança Busca Ativa Vacinal para reverter baixo índice de cobertura nas regiões Norte e Nordeste**. Sociedade Brasileira de Pediatria. Dez 2022. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/unicef-lanca-busca-ativa-vacinal-para-reverter-baixo-indice-de-cobertura-nas-regioes-norte-e-nordeste/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2025.

FONTES, R.K.S.; ARAUJO, C.L.C.; SILVA, L.G.; SILVA, R.M. Fatores determinantes na cobertura vacinal do esquema básico de imunização na infância. *Research, Society and Development*, v. 12, n.7, 2023.

HILLER, H. **Busca Ativa Vacinal (BAV)**. Apoiando os municípios na garantia da imunização infantil. UNICEF, Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/busca-ativa-vacinal-bav>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2025.

LUCAS, F.C.J.A.E.; BANDEIRA, B.M.A. Multiprofissionalidade e diversidade temática na atenção primária à saúde: revisões bibliográficas como ferramenta para translação do conhecimento. *Editora Rede UNIDA*, v.03, n.1, p.49-68, 2024.

MASCARENHAS, L.I.; PRINCHAK, C.H. Movimento antivacina e a autonomia parental no contexto da pandemia causada pela covid-19. *Revista Direitos Fundamentais e Alteridade*, Salvador, v. 6, ns.1-2, p. 3-22, 2022.

MATOS, C.C.S.A.C.; SILVA, I.A.V.; COUTO, T.M. A politização das vacinas e sua influência nas opiniões de cuidadores brasileiros acerca da vacinação infantil de rotina. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.30, n.1, São Paulo, 2025.

MATOS, C.C.S.A.C.; TAVARES, S.C.J.; COUTO, T.M. "Eu vivo num mundo muito burguês, não moro na periferia": não vacinação infantil e a intersecção entre raça, classe e gênero. *Interface (Botucatu)*. 2024; 28: e230492.

MILANI, L.; BUSATO, I. Causas e consequências da redução da cobertura vacinal no Brasil. *Revista De Saúde Pública Do Paraná*, Curitiba, v. 4, n. 2, p.04-13, Agosto 2021.

NENOW, M.D.R. A enfermagem na prevenção da saúde pública: campanha de vacinação infantil. *Revista Foco*, v.16, n.2, p.101-29, 2023.

NUNES, S.J.R.L. A Importância do Enfermeiro nas Campanhas de Vacinação Infantil. *Revista Saúde Coletiva*, 2025; (15) n.92.

OLIVEIRA, A.M.M.E.C.; BRAZ, E.; MENEZES, S.C.J.; SILVA, R.S.J.; SILVA, C.E.T.; SILVA, F.A.P. **Cobertura vacinal no Brasil: fatores relacionados à baixa adesão na primeira infância**. Editora Científica, vol. 1, 2023, p.01-24. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/231014707.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2025.

PEREIRA, C.S.; BARDAQUIM, A.V.; DIAS, G.E.; PACHECO, J.B.V.; CARLOS, M.D. Acolhimento às famílias durante a vacinação infantil na atenção primária à saúde no Brasil. *Revista Rede de Cuidados em Saúde*, v. 16, n.2, Dez (2022).

SAMPAIO, C. **Surtos de coqueluche na Europa e na Ásia reforçam importância da vacinação no Brasil.** Ministério da Saúde, Saúde e Vigilância Sanitária. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/-junho/surtos-de-coqueluche-na-europa-e-na-asia-reforcaram-importancia-da-vacinacao-no-brasil>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2025.

SANTOS, Q.S.M.; ARAÚJO, L.L.; SOUSA, F.C.; ARAÚJO, FG.; REZENDE, M.S.G. O conhecimento sobre o calendário vacinal infantil até 15 meses de idade entre seus acompanhantes e os profissionais de saúde, **Braz. J. of Develop**, Curitiba, v.6, n.4, p.18262-18276, apr.2020.

SOBREIRA, N.E.; BAIA, C.K.; JESUS, D.D.; et al. Maria. Desafios na Implementação de Programas de Vacinação em Saúde Coletiva, **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v.6, 2024, Pg.1866-1880.

TABORDA, A.; MEIRA, J.F.; FERREIRA, R.S.L.; OLINISKI, R.S.; SANTIAGO, R. Intervenções de enfermagem no combate da hesitação vacinal na primeira infância. **Revista DELOS**, Curitiba, v.17, n.62, p. 01-21, 2024.

TEIXEIRA, B.C.A.; MENEZES, B.J. Autoridade parental e vacinação infantil: vulnerabilidade e superior interesse da criança e do adolescente. **Pensar: Revista de Ciências Jurídicas**, v. 27, n. 1, p. 1-14, jan./mar. 2022.

VIANA, I.; CURSINO, E.; MIRANDA, P.; SILVA, L.; MACHADO, M. Hesitação Vacinal de pais e familiares de crianças e o controle das doenças imunopreveníveis, **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v.18, p.05-09, jul.2023.

VIGNOLI, G.R.; RABELLO, R.R.; ALMEIDA, C.C. Informação, misinformation, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 26, p. 01-31, 2021.

Recepção: 24 set 2025
Aprovação: 30 set 2025
Publicação: 02 out 2025